

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001119-71.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social**
 Requerido: **Luiz Carlos Lopes**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PODER JUDICIÁRIO****1ª Vara Cível de São Carlos****Processo nº 1001119-71.2016****VISTOS**

INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ajuizou a presente Ação de **Cobrança** em face de **LUIZ CARLOS LOPES** e **CÉLIA MARIA CARRILHO**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a autora que é credora dos requeridos pelo valor de R\$ 2.569,13 referente à mensalidade escolar do filho JOÃO PEDRO CARRILHO LOPES, aluno matriculado na mantenedora Escola/Colégio Adventista de São Carlos, referente aos meses de setembro a dezembro do ano

1001119-71.2016.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

letivo de 2015.

A inicial veio instruída com documentos.

O corréu foi devidamente citado a fls. 71; já a corré não foi encontrada para o ato citatório.

Em audiência inaugural, o autor desistiu da ação em relação a copostulada, o que foi devidamente homologado (fls. 79/80). A conciliação entre autora e requerido resultou infrutífera.

O requerido LUIZ CARLOS LOPES, ofereceu defesa a fls. 73/76. Reconhece a inadimplência, mas no entanto, sustenta que a autora cobra valor excessivo; o valor da mensalidade era de R\$ 480,00 e não os R\$ 600,00 almejados. No mais, pediu a condenação da autora em litigância de má-fé e a condenação da mesma no pagamento do dobro do valor pleiteado na inicial além de honorários.

Pela petição de fls. 81 o requerido juntou a fls. 82 um boleto bancário, a favor da autora, no valor de R\$ 480,00.

Em réplica, a autora sustenta que o requerido assinou aditamento ao contrato de prestação de serviços educacionais e que em razão de inadimplência, perdeu o desconto de uma “bolsa”. Rebateu o pedido de sua condenação ao dobro do montante pedido na portal.

As partes foram instadas a produção de provas pelo despacho de fls. 88, o requerido peticionou a fls. 91/94, propondo **incidente de falsidade** do contrato encartado pela autora as fls. 55/58, sob a alegação de que ele foi assinado “em branco” e posteriormente preenchido (unilateralmente)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pela autora.

As fls. 98/100 a autora alega a intempestividade do incidente de falsidade, o que foi acolhido pelo Juízo, conforme 2º parágrafo do despacho de fls. 101. Nesta mesma decisão, o Juízo deliberou que o réu esclarecesse sobre a existência de “bolsa de estudo” com consequente desconto na mensalidade escolar de seu filho.

Apesar de devidamente intimado, o requerido ficou inerte (fls. 104).

Novamente intimado pelo despacho de fls. 110, silenciou.

É o relatório.

D E C I D O .

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Na defesa encartada a fls. 73/76 o requerido confessou expressamente a inadimplência (v. fls. 74, parágrafo 5º parágrafo).

Apenas rebateu o valor cobrado, sustentando que a mensalidade deveria ter sido cobrada no montante de R\$ 480,00 e não R\$ 600,00, conforme mencionado na portal.

Ocorre que ao réplicar a autora esclareceu que o valor de R\$ 480,00 era relativo a uma “bolsa de estudo” que o requerido acabou perdendo, em decorrência de inadimplência, tudo nos termos do contrato


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

assinado entre as partes. É evidente assim, que a “Bolsa de Estudo” foi perdida por conta de inadimplemento.

Por fim, se o requerido realmente assinou o documento “em branco”, o fez deferindo a autora o preenchimento posterior, outorgando a ela uma espécie de mandato, devendo arcar com as consequências de seu ato.

Assim, só resta proclamar a procedência do pedido contido na petição.

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** o requerido **LUIZ CARLOS LOPES** a pagar à autora, **INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL** a quantia de R\$ 2.569,13 (dois mil e quinhentos e sessenta e nove reais e treze centavos).

Referido valor será pago com correção monetária a partir do ajuizamento e juros de mora, à taxa legal, a partir da citação.

Sucumbente, arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado essa decisão caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

Publique-se e intemem-se

1001119-71.2016.8.26.0566 - lauda 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 24 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**